



O LEITOR DE JORNAIS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Carlos Eduardo Franciscato

Universidade Federal de Sergipe

Introdução

A relação entre o jornal e o seu leitor é rica e complexa. Suas raízes são anteriores ao próprio surgimento do jornalismo na história das civilizações: seus vínculos iniciais partem de um desejo coletivo por saber sobre "O que há de novo", bem como da capacidade humana para a comunicação, ambos sem um ponto cronológico de origem.

O objetivo deste trabalho é oferecer alguns elementos históricos que nos auxiliem a entender esta relação entre o leitor e o conteúdo jornalístico. Inicialmente, descreveremos alguns aspectos sociais e culturais que tenham motivado o crescimento deste desejo por notícias e a formação de um 'comportamento de leitor' de jornais a partir do século XVII na Europa. Em segundo lugar, iremos perceber modos de leitura pública dos jornais em espaços como as casas de café e clubes de leitura, bem como considerar as formas pelas quais o conteúdo jornalístico tem fomentado o debate público.

1) A formação do leitor de jornais

A pergunta clássica "O que é a notícia?", aplicada hoje em repetidos esforços para delimitar este objeto, possui, na história humana, uma manifestação mais primária: "O que há de novo?" parece resumir uma disposição ancestral do ser humano por ter conhecer o que está acontecendo à sua volta, sem um ponto cronológico de origem. O desejo por notícias tem estado presente na maioria das sociedades através da história, já que "*News is a constituent of communication, and communication binds together societies and cultures*" (Raymond, 1996, p. 2). Michel Stephens (1988) procurou percorrer a história e identificar o crescimento do interesse das notícias nas sociedades, adotando uma tipologia comum em estudos desse



gênero: 'notícias faladas' (*'spoken news'*), 'notícias escritas' (*'written news'*) e 'notícias impressas' (*'printed news'*).

Tais visões panorâmicas são ilustrativas, mas sua amplitude dificulta sua aplicabilidade como referência de estudo. Portanto, optaremos por trabalhar apenas com as 'notícias impressas', situadas cronologicamente a partir dos séculos XVI e XVII, por este formato ser decorrente não só de uma nova técnica de impressão, mas porque esta técnica surge em uma abertura da civilização ocidental para uma série de transformações no campo da economia, política, sociedade, ciência e tecnologia.

Raymond identifica que a pergunta "*What news?*" era provavelmente uma das questões mais freqüentes nos contatos pessoais na Inglaterra no início da Idade Moderna, atuando como uma "*common currency of social exchange*" (1996, p. 1). Alguns críticos do século XVI condenavam o desejo por notícias, comparando-o como uma tendência a uma espécie de 'vício'. Outros, no entanto, assumiam posição mais moderada ou mesmo favorável ao crescimento dos jornais. Para estes, o suposto vício por notícias era, na verdade, uma sede por conhecimento, e os jornais não refletiam uma decadência da sociedade, mas sua edificação (Schröder, 2001, p. 137). Independente da interpretação feita sobre este novo hábito, os estudos convergem para afirmar uma tendência crescente de consumo de notícias no passar dos anos, até consolidar, no século XIX, ao que Blondheim (1994, p. 23) descreveu como "*insatiable appetite which exists in all classes of people in this country for news*", ao analisar a realidade norte-americana.

Parece-nos adequado lembrar que a 'notícia' não tinha a forma e o conteúdo com os quais contemporaneamente caracterizamos este fenômeno. Raymond compara este desejo por notícias como um consumo por vulgaridades, comuns em sátiras do século XVII, mas procura acentuar a especificidade deste novo objeto frente aos demais objetos culturais de consumo: o consumo de notícias não era apenas um apetite por um objeto qualquer, mas refletia um desejo de estar informado, um tipo de informação que circulava já pela conversação ou correspondências privadas (Raymond, 1996, p. 2).

Uma questão pertinente é discutir quais elementos alimentavam este desejo de consumir notícias: se era o conteúdo atrativo e diversional, a importância dos fatos sociais da época, os laços sociais que o conteúdo jornalístico produzia ou a própria eficiência técnica do novo meio de comunicação. Com base nas fontes bibliográficas consultadas, podemos dizer

que este apetite por notícias tinha diversas origens. As guerras e conflitos internos e externos foram eventos cujas características se encaixaram eficazmente ao tipo de objeto adequado aos relatos jornalísticos. As notícias de guerra demandavam urgência, tanto por parte do leitor ávido por informações quanto pelo processo de produção, mesmo que este fosse ainda rudimentar, como o exemplo citado por Raymond em relação ao jornalismo inglês do século XVII. Os conflitos da Inglaterra com a Irlanda ofereciam um contexto no qual a periodicidade era tanto valiosa quanto necessária. Assim, completava-se uma cadeia, em que as notícias, os meios de sua disseminação e seu papel em processos sociais e políticos se tornaram mais acentuados: "*we have an audience; we have the material waiting for us; we have a publisher*" (Raymond, 1996, p. 120).

Woolf exemplifica a importância das notícias sobre guerras no cotidiano de uma província inglesa: um funcionário da Diocese de Chester, Inglaterra, classificou os fatos que ele havia lido ou ouvido durante 1704-11, seja por meio de informações transmitidas por pessoas, cartas, discussões nas casas de café ou notícias impressas. O maior número de notícias recebidas foi sobre guerras e conflitos estrangeiros. Apesar de ser uma província isolada e a classificação bastante informal, Woolf (2001, p. 93-4) concluiu que foram estas as notícias que regularmente tiveram o maior impacto sobre o funcionário.

Devemos lembrar também que os jornais herdaram dos hábitos sociais a curiosidade por rumores, boatos e historietas a respeito do cotidiano e da intimidade da nobreza, particularmente de famílias reais. Sutherland descreve que os jornais ingleses do século XVII eram escritos para um leitor das classes médias, que gostava tanto de ouvir as últimas 'fofocas' sobre a vida na Corte quanto de conhecer notícias estrangeiras que poderiam afetar relações comerciais, além de ter um interesse mediano sobre questões e controvérsias políticas (Sutherland, 1986, p. 232).

É necessário considerar ainda o tema da alfabetização crescente entre os séculos XVII a XIX na Europa e Estados Unidos e discutir em que medida este fator modificou a relação leitor-jornal. Na verdade, não há dados precisos sobre isso, e as estimativas conflitam. Paul Hunter cita que provavelmente entre 60% e 70% de homens adultos na Inglaterra e País de Gales eram, em uma avaliação conservadora, hábeis para ler por volta de 1800. Em 1600, este percentual estaria em torno de 25%. A alfabetização gerou consequências em âmbito social e econômico, propiciando que hábitos diários ligados a uma cultura moderna centrada sobre

produtos impressos poderiam se estabelecer (Hunter, 1990, p. 65-6). Já Popkin considera que, mesmo no final do século XVIII, o analfabetismo entre adultos era intenso o suficiente para impedir que os jornais se transformassem em 'genuínos meios de comunicação de massa'. Mesmo assim, os jornais seriam os únicos gêneros de materiais impressos que alcançavam um público variado, estendendo-se desde uma elite rica até porções consideráveis de classes baixas urbanas e algum número de camponeses (Popkin, 1989, p. 3), além de membros das classes médias, como trabalhadores em administração pública ou pequenos comerciantes, que podiam compartilhar assinaturas dos periódicos e os ler em grupos ou participar de leituras públicas em locais de passeio, como o caso de Paris no final do século XVII (Vittu, 2001, p. 174).

Diferentes abordagens em períodos históricos distintos revelam faces igualmente diferenciadas da relação entre o leitor e o jornal. Raymond considera que o hábito de consumir notícia na Inglaterra do século XVII era resultado de uma certa cobiça ou gula desmedida e sem maior finalidade informativa - "*News was supposed to be consumed not only because it enabled social exchange, or facilitated rational behavior, but as an end in itself*" -, embora perceba ser movido também pelo desejo de estar bem informado (Raymond, 1996, p. 2).

Woolf considera difícil resistir à hipótese de que, a partir do final do século XVII, as notícias e seus leitores existiam em um relacionamento de 'amor e ódio': "*the news was indispensable because it was now a critical channel by which individuals situated themselves within the social present*" (2001, p. 107), argumento que pode ser reforçado com o exemplo citado por Sommerville a respeito da existência de leitores de jornais semanais entre homens de negócios que estavam interessados nas atividades políticas do Parlamento inglês da semana anterior (1996, p. 48). Hunter considera que, a partir deste período, o público leitor estava 'faminto' por acompanhar as coisas que ocorriam no seu próprio tempo e receptivo para quase tudo que direcionasse atenção para o momento presente, e os jornais já possuíam algumas técnicas e habilidades para captar a atenção de um vasto espectro de público e manter os leitores interessados em assuntos cobertos pelo noticiário durante um substancial período de tempo (Hunter, 1990, p. 191).

Para Popkin, os jornais tinham importância para o leitor do século XVIII porque eles eram a melhor fonte de informação sobre eventos cotidianos (1989, p. 4). Popkin reforça a



importância do jornal nos hábitos do leitor ao perceber seu efeito sobre a organização do tempo na vida cotidiana, comparando-o com os relógios de bolso: os relógios pessoais permitiam aos seus usuários controlar o tempo de suas próprias atividades, enquanto os jornais davam a eles um sentido de movimento em um mundo mais amplo.

Uma questão que se apresenta a este raciocínio é discutir em que medida esta 'sede' por notícias teria estimulado a aceleração da produção e circulação de jornais. Esboçar uma relação causal direta não seria pertinente, tanto pela falta de indicações precisas desta relação nos relatos históricos consultados quanto pela complexidade destes fatores, que se articulam a outros para compor processos imbricados.

Alguns estudos revelam, inclusive, uma mútua influência entre o desejo de consumo e o aumento da produção de notícias. A própria eficiência técnica e organizativa das novas empresas jornalísticas parecia fascinar os leitores desta época, mesmo que implicassem maiores custos de produção e um valor final do jornal mais elevado. Não somente os recursos técnicos eram fatores desta fascinação, mas todo o ciclo de produção e distribuição atraía os leitores, com suas rotinas de trabalho e quadro de horários rígidos, a fim de manter a relação entre a empresa e seus consumidores regulares (Brown, 1985, p. 7-8).

Blondheim atinge raciocínio semelhante ao analisar o jornalismo nos Estados Unidos, afirmando que os editores de jornais, ao acelerarem a velocidade da produção e circulação de notícias, revolucionaram a 'utilidade operacional' dos jornais para seus leitores e os tornaram, então, mais atrativos (1994, p. 27). Para ele, o grande crescimento em circulação deve ter refletido em algum grau a atratividade de notícias temporais para um público leitor (1994, p. 26). Autores como Lucy Brown percebem também que o século XIX ofereceu uma seqüência de eventos interessantes do ponto de vista jornalístico, que podiam desenvolver um gosto público pelas notícias. Por um lado, o fato de guerras terem se sucedido na segunda metade do século XIX, como a Guerra Civil Americana, fez surgir efêmeros jornais custando meio centavo de dólar. Outra opção para captar a atenção pública foram longos julgamentos, bem como questões diplomáticas internacionais, como na Inglaterra do século XIX (Brown, 1985, p. 97-8).

Entretanto, Lucy Brown baseia parte do sucesso da imprensa popular inglesa no século XIX no fato de publicar conteúdos e reportagens que combinavam dramas, crimes e catástrofes, lidos mais como ficção ou entretenimento do que como notícia. Entretanto, além



deste variado cardápio, publicar notícias introduziu uma regularidade na apresentação e reapresentação de eventos e os personagens envolvidos em situações típicas. A autora considerará que esta prática cria uma relação de continuidade entre o relato e o leitor, uma função que os jornais conseguiram suprir bem: "*The newspaper reading habit is stimulated by the regular reporting of new instalments of a long running story*" (Brown, 1985, p. 96).

Interessante investigar como este hábito de leitura consolidou os laços entre os mecanismos econômicos de venda e circulação e a formação de um leitor de jornais. Lucy Brown oferece alguns elementos para esta compreensão dentro do caso inglês do século XIX, que nos auxiliam a compreender também que o tempo de permanência do jornal em circulação era superior à sua periodicidade regular de publicação e circulação. A autora encontrou relatos de que os jornais continuavam circulando muito depois de terem sido vendidos ao consumidor, como casos em que uma publicação passava de um fazendeiro para outro, com sua circulação dificilmente cessando até três ou quatro semanas após a publicação. Em suma, Brown interpreta que a formação de hábitos de leitura de jornal tornou-se uma pré-condição para que a circulação pudesse ser expandida (Brown, 1985, p. 27-9).

2) Os jornais e a constituição de espaços de debate público

Os novos laços sociais surgidos com a prática da leitura de jornais nos séculos XVII a XIX institucionalizaram hábitos que modificaram tanto as relações nos espaços privados de convívio familiar quanto em espaços públicos como as casas de café. Os primeiros foram percebidos por Benedict Anderson (1991) ao utilizar a categoria da simultaneidade para descrever rituais de leituras que começaram a se realizar em momentos semelhantes do dia e com base em atos semelhantes. Mais do que apenas atos coordenados em ambientes privados, a simultaneidade que se instalou nestas épocas teve um sentido público de comunidade que habita um tempo e um espaço delimitados (a 'nação', segundo Anderson). Esta simultaneidade era também pública porque havia uma confiança de que tal ato de leitura seria realizado por membros desta 'comunidade imaginária' em resposta a diversas motivações, entre elas a de ser um imperativo que faz indivíduos - inicialmente os diferentes segmentos das elites - se sentirem participantes (de forma real ou imaginária) das ações e decisões que envolvessem toda a comunidade (Anderson, 1991, p. 33-5).



Pretendemos desenvolver neste item o segundo aspecto da institucionalização dos hábitos de leitura e de como eles contribuíram para criar laços de pertencimento a uma comunidade e de participação em questões públicas. O objetivo aqui é perceber o papel que as notícias desempenharam na constituição destes vínculos de comunidade em ambientes de acesso e reunião pública nestes séculos, como as casas de café. Neles, as práticas de leitura de jornais modificavam-se parcialmente em relação à leitura na intimidade do lar: havia uma valorização da leitura pública das notícias e, principalmente, de uma transmissão e discussão oral dos conteúdos. Assim, imaginamos ser possível considerar que este vínculo reforçado pelos jornais possibilitou, a vastas frações das elites, a participação em ações e decisões coletivas.

Em nossa abordagem, tais procedimentos criaram relações temporais diversas: por um lado, havia uma dimensão temporal do cotidiano, no âmbito das relações micro-sociais, marcada pelas casas de café como pontos de encontro e convivência social. Por outro lado, relações sociais temporais eram construídas simbolicamente em decorrência deste vínculo de pertencimento e atuação em uma comunidade. Sugerimos então que o jornalismo, ao oferecer conteúdos e modos de interação social com forte acento temporal para o presente, contribuía para a constituição de referências que permitiriam compor uma concepção do que é presente na vivência pública.

A valorização de instâncias argumentativas e de interação discursiva como fenômeno de investigação histórica tem sido feitas por historiadores do jornalismo inglês que vêm se dedicando a estudar as "*short-term history*", ou seja, práticas e situações da vida cotidiana afetadas pelo jornalismo. Neste caso, há um deslocamento metodológico claro em relação às perspectivas amplas de estudo da tecnologia e da economia e suas conseqüências para a transformação da sociedade e do jornalismo. Ao mesmo tempo, é interessante perceber que o jornalismo, por ser um objeto que circula concomitantemente em âmbitos privados e públicos, desencadeia práticas que podem ocorrer tanto em esferas micro (como a interação discursiva na vida cotidiana) quanto macro da vida social (processos de decisão e gestão da vida e das instituições públicas).

Exemplo disso é citado por Raymond (1996, p. 16) ao lembrar que, já no surgimento dos "*newsbooks*" (publicações híbridas de jornalismo, ficção e entretenimento) em 1641, essas publicações tornaram disponíveis informações a respeito dos debates e decisões parlamentares

sobre ações de governo e as guerras, ampliando a interação do parlamento com estratos crescentes de leitores. Por meio desta abordagem histórica de contextos particulares, o autor percebeu como os jornais se comprometiam para a formação de uma tendência de vivência diária dos eventos, que papéis eles representavam na vida diária e como eram lidos e discutidos.

Se crescia o interesse por notícias, aumentava também o debate sobre a natureza e a qualidade das notícias publicadas, suas diferenças em relação ao 'boato': "*The very immaterial nature of information became fundamental to debate between politicians*". Como as notícias eram ainda um produto escasso, isto as fez se tornarem uma mercadoria valiosa: "*Scarcity also charmed news, giving it social and political moment*" (Raymond, 1996, p. 116-7).

A transmissão de notícias pela conversação era um importante elemento de interação social na Europa do século XVII. Conversar sobre notícias, na verdade, não era somente um processo de transmissão de conteúdos, mas um diálogo. A conversação permitia que cada interlocutor avaliasse a veracidade tanto da mensagem recebida quanto daquele que a estava transmitindo, por meio de seus gestos, expressões faciais e entonação de voz, ou pelo menos possibilitava avaliar a sinceridade do informante. Portanto, as notícias transmitidas oralmente ("*spoken news*") eram preferenciais em relação às manuscritas ou impressas (Woolf, 2001, p. 91-2).

Daniel Woolf investigou a formação do sentido de presente neste período, e considerou o papel que as notícias tiveram para criar uma 'zona' entre o passado e o futuro, zona esta que, na definição de Woolf, ofereceu um espaço para discussão de eventos atuais, "*analogous to Habermas' emergent public sphere*". O autor considerou que o início da Idade Moderna ofereceu um ambiente para a emergência e o tratamento público de questões atuais, e a discussão pública destas questões se tornou um modo de consolidar esta experiência do presente e mesmo estender sua duração (2001, p. 108).

2.1) A periodicidade das publicações e seu papel na produção do debate público

Os jornais, assim como os '*newsbooks*' e outras publicações periódicas, tinham três atributos essenciais que motivavam o debate crítico entre seus leitores, segundo Raymond (1999, p. 131-2). Um deles era a publicidade que propiciava aos conteúdos e pessoas; outro

era a heterogeneidade dos conteúdos que ofereciam, cuja justaposição desordenada requeria do leitor uma capacidade de perceber e sintetizar essa diversidade, embora devêssemos perceber também uma tendência de exacerbação do poder do Estado em controlar o conteúdo e a impressão dos jornais em suas primeiras experiências.

O terceiro era a periodicidade na oferta e na expectativa por notícias. A regularidade da oferta de notícias pelos jornais garantia a disponibilidade contínua de conteúdos e, com isso, a continuidade dos debates. A periodicidade das notícias significava, também, que elas eram sazonais: mais intensas durante o verão, quando as viagens eram mais fáceis, e mais escassas durante o inverno. Elas também dependiam das sessões das cortes e tribunais ou quando membros da classe alta viajavam até Londres para resolver questões legais de importância (Raymond, 1996, p. 5). Mesmo quando não havia realmente notícias, o espaço dos jornais tinha de ser preenchido com conteúdos similares, e o suprimento de notícias em regularidades semanais, bi-semanais ou diárias estimulava um trabalho ativo de memória e referência por parte do leitor ao acompanhar a seqüência de fatos em desdobramento. Raymond ilustra o caso do conflito com a Irlanda ainda na década de 1640, em que a rebelião no país vizinho fez com que uma atualização periódica de notícias se tornasse tanto necessária quanto lucrativa. Casos como esse, bem como o avanço dos debates políticos em espaços públicos, garantiram a instauração de um mercado emergente para reportagens jornalísticas (1996, p. 120).

O jornal se tornou, na Inglaterra do século XVIII, o mais importante veículo para disseminação da opinião política impressa, pois oferecia uma comunicação contínua sobre questões políticas, o que fez Harris (1996, p. 4) concluir que foi através e em torno da imprensa que a discussão pública da política nacional foi organizada. Constatação semelhante foi feita por Habermas ao analisar as transformações na esfera pública burguesa (países europeus nos séculos XVIII e XIX) e considerar a imprensa a "instituição por excelência" (1984, p. 213) da esfera pública, aspecto que será perdido com a posterior consolidação editorial e comercial das empresas jornalísticas no século XIX representando um canal de ingresso de interesses privados na esfera pública (1984, p. 213-8).

Instituições como o parlamento, por sua vez, possuíam um ritmo de trabalho que constituía uma regularidade na oferta de conteúdos noticiosos. A própria institucionalização das rotinas e atividades destas instituições políticas compunha um elemento da estrutura que

sustentaria a periodicidade jornalística, já que tornava comercialmente viável relatar em publicações a seqüência de trabalhos no parlamento para um público interessado em debates e ações políticas (Raymond, 1996, p. 120). Outra instituição que fornecia uma regularidade de notícias era a Justiça inglesa, criando-se a prática de produzir reportagens sobre julgamentos (Brown, 1985, p. 2).

O crescimento de publicações com mais curta periodicidade de circulação e particularmente a evolução das publicações que traziam opiniões políticas na Inglaterra do século XIX foram retratados por Lucy Brown (1985). Nos anos de 1860, os periódicos mensais eram os mais influentes; já no final do século, os veículos mais significativos para opinião política eram os semanários *Spectator* ou *Speaker*. Isto significava que os tradicionais periódicos trimestrais, como *Edinburgh* e *Quarterly*, que tinham sido importantes veículos para a discussão de grandes questões estruturais (política econômica, reforma parlamentar, Igreja e Estado) estavam perdendo influência: "*Their publishing cycle was too slow to cope with the rapidly changing political situations which preoccupied politicians of the 1889s*" (Brown, 1985, p. 109).

Com um processo de aceleração da periodicidade das publicações e aumento no ritmo da demanda por notícias, mesmo os periódicos mensais começaram a parecer lentos, o que fez serem procurados jornais semanais, bi-semanais, tri-semanais e diários, particularmente aqueles que circulavam à tarde em clubes (*'evening Clubland papers'*). Essas publicações ofereciam opiniões, entrevistas com pessoas públicas e iniciavam de tempos em tempos discussões públicas de questões gerais: "*Copies were to be put in the billiard room, the smoking room, the reading room, the grill room, and the card room - it is impossible to resist the conclusion that it was a necessary priming of the evening's conversations*" (Brown, 1985, p. 110).

2.2) A temporalidade social na atuação da opinião pública e a constituição da constituição da ação pública

Parece-nos pertinente relacionar os três atributos dos jornais - mesmo dos incipientes *'newsbooks'* - apontados por Raymond (publicidade, periodicidade e heterogeneidade) com as possibilidades de constituição de debates públicos ou, mesmo, de uma opinião pública. Neste



caso, o modelo habermasiano de esfera pública¹ fornece indicações fecundas sobre o papel do debate público na constituição da opinião pública: esta se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a formular uma opinião fundamentada. No século XIX, o público assumiu o papel permanente de comentarista crítico, a ponto de ter “*quebrado definitivamente a exclusividade do Parlamento e ter se tornado um parceiro de discussão e oficialmente qualificado*” (1984, p. 85).

Sabemos das várias limitações e conflitos desta concepção, como a sua restrição ao círculo público burguês e os conflitos que surgiram com a sua ampliação a camadas não-burguesas com interesses diferenciados daqueles. Apesar disso, categorias como esfera pública e opinião pública auxiliam-nos a descrever a formação de uma dimensão de interação comunicativa (particularmente racional-argumentativa) dentro do espaço público (este também uma categoria cujas fronteiras são fluidas e elásticas, seus componentes imprecisos e suas práticas diversificadas).

Algumas percepções deste movimento histórico podem ser acrescentadas ao trabalho de Habermas e contribuir ao nosso percurso. Raymond (1999, p. 133) e Barker (2000, p. 1) perceberam na Inglaterra dos séculos XVII e XIX um alto grau de dependência da população aos jornais no processo de debate público. Harris (1996, p. 97-8) constatou como a imprensa tornou-se um fórum para a exposição de argumentos racionais, contribuindo para construir uma política de respeitabilidade, caracterizada por ordem e persuasão pacífica.

¹ O conceito de esfera pública como um público pensante constituído de pessoas privadas tornou-se um ponto de intersecção entre os estudos sobre política, democracia e comunicação nas sociedades contemporâneas, embora Habermas tenha, desde o início de sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), acentuado o aspecto histórico de suas investigações, limitado à estrutura e função do modelo liberal da esfera pública burguesa. O caráter datado deste conceito - elaborado com base na realidade social, política e econômica de países europeus nos séculos XVIII e XIX - e também sua fixação na burguesia como uma classe em ascensão social (Habermas cita, sem analisar, a esfera pública plebléia) não impediram que, desde a publicação do livro em 1962, os debates sobre a sua aplicabilidade em análises de problemas políticos se prolongasse pelas últimas décadas.

Na perspectiva habermasiana, a esfera pública se dissocia de uma esfera do poder público e passa a ser o “fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública” (1984, p. 40). A esfera pública burguesa torna-se um espaço social de discussão entre indivíduos (e destes com a autoridade pública) sobre as leis gerais de troca de mercadoria e de trabalho social na esfera privada (formada pela sociedade civil e pela esfera íntima da família). Sua primeira manifestação é a esfera pública literária, que se forma nos debates culturais em salas de leitura, teatros, cafês, museus e concertos e se torna o modelo para constituição da esfera pública política. Tendo a opinião pública como seu fundamento, a esfera pública política intermediará as necessidades da sociedade e as instituições do Estado.

Este espaço público de discussões entre pessoas privadas se organiza com base em três critérios fundamentais: 1) a discursividade, na qual uma situação de igualdade garante a afirmação do melhor argumento contra a hierarquia social; 2) a possibilidade de problematização racional de objetos, temas e obras que, antes de se tornarem mercadorias, tinham uma aura de sacralização não atingível pela razão; 3) a acessibilidade aos debates para todos que tivessem condições de participação (1984, p. 53). Este último item revela uma contradição latente na esfera pública: se por um lado ela garante um princípio de acesso a todos (homem privado individual), por outro as instituições se organizam sob critérios burgueses de admissão, como a formação cultural e a propriedade.



Mais do que um 'espaço' ou um 'recurso' discursivo para instrumentalizar a discussão pública, a imprensa colocou os leitores expostos a uma proliferação de eventos que se constituíam num intervalo de tempo que podemos considerar como presente. Em outras palavras, a imprensa, diferentemente do livro, não municiava interlocutores preferencialmente com passagens e análises de uma profundidade típicas da literatura densa, mas trazia ao público a miríade de eventos que ocorriam concomitantemente à vida cotidiana de cada um. Os debates podiam tratar de questões em andamento e apontar ações que mereciam ou deveriam ser executadas, assim como podiam ser descrições de tragédias ou comédias da vida real, que captavam a atenção e o entusiasmo dos leitores e interlocutores. Esta temporalidade do presente que o jornal trouxe tornou-se uma novidade histórica na construção dos debates públicos.

A opinião pública pode ser também compreendida como uma ou várias respostas ou reações (concordantes ou discordantes) de leitores e ouvintes de notícias contadas oralmente sobre o que as notícias significariam para suas vidas, se os fatos seriam bons ou ruins e, principalmente, o que deveria ser feito em relação a eles. É desta forma que Woolf vai considerar o papel das notícias no século XVII não só no debate público, mas na ação pública resultante dele.

Esta vinculação do conteúdo das notícias ao tempo presente que vai marcar uma ação imediata foi constatada também por Raymond no mesmo período. "*The news led to the expectation of unity and to a desire for action (...) The news demanded political action*" (1996, p. 117-8). As notícias muitas vezes colocavam em primeiro plano as responsabilidades devidas pelo parlamento inglês em certas ações. Em outras palavras, Jean-Pierre Vittu (2001, p. 168) considerou que os jornais franceses desta época tornaram-se os principais instrumentos para a 'batalha da opinião pública'.

2.3) O debate sobre conteúdos jornalísticos em espaços públicos: as casas de café

Além da influência na ação parlamentar, as notícias desencadeavam debates e ações entre os públicos. Os espaços privilegiados para isso eram os cafés públicos ("*coffee-houses*") que proliferaram pelas cidades européias com intensidade entre os séculos XVII e XVIII. Em Londres, por exemplo, havia mais de 550 casas de café em 1739 (Barker, 2000, p. 58). Estas



casas não eram somente pontos de encontro e entretenimento, mas mais do que isso: na avaliação de alguns autores, elas funcionavam como instituições sociais, como espaços de interação social, com suas regras de comportamento e expectativas não apenas de divertimento, mas como locais para trocas diversas de informações, opiniões e sugestões de atuação particularmente na vida pública (embora não só nesta dimensão).

Uma leitura das casas de café dos séculos XVII e XVIII sob o ponto de vista da história da cultura, como feita por Paul Hunter (1988, p. 501), ofereceu-lhe elementos para classificar estes espaços como 'instituições culturais', por sua tendência estrutural de entrecruzar uma variedade de níveis sociais dos discursos produzidos por diferentes classes, bem como enfraquecer a distinção entre discurso oral e escrito. O surgimento dos jornais e sua penetração social crescente deram novos conteúdos e possibilidades para os debates em espaços públicos. As notícias ocuparam um papel central na cultura dessas casas de café (Raymond, 1999, p. 116). Pelo valor de um drinque, os freqüentadores (predominantemente homens) tinham acesso a jornais que, às vezes, não podiam comprar (Barker, 2000, p. 57).

Um dos hábitos sociais comuns nesses espaços públicos era a leitura de jornais em voz alta, uma atividade que reunia pequenos grupos nas regiões rurais e urbanas. Se nas zonas rurais esta leitura era mais passiva por quem escutava, em cidades como Londres a leitura nas casas de café era interrompida freqüentemente por pessoas que preferiam ler a ouvir notícias e por aqueles que gostariam de discuti-las prontamente. Barker (2000, p. 54-5) citou que um café público chegou a criar salas diferentes, uma para leitura e outra para conversação.

Veamos um exemplo dado por Barker: "*In 1838, a group of working men had procured their own reading room 'where they assemble to read the Northern Star and other newspapers' and where 'we read the news of the week, and discuss it paragraph by paragraph, as it is read'"* (2000, p. 56). A leitura pública de jornais era, diz o autor, uma experiência participativa, que podia conduzir também para uma politização dos leitores/ouvintes, já que os jornais traziam relatos de experiências de outras pessoas e grupos separados no espaço, mas que poderiam ter interesses comuns. Trabalhadores habitualmente começavam seu dia indo a salas dos cafés a fim de ler as últimas notícias, discutir política e tópicos de interesse, como os referentes à nobreza (Hunter, 1988, p. 502; Woolf, 2001, p. 92). Os cafés eram até mesmo locais de conspiração política (Raymond, 1999, p. 124).

Utilizar o jornal como objeto de leitura e discussão significava que os eventos correntes, que predominavam nos conteúdos jornalísticos, eram objetos e motivações para discussões e mesmo ações coletivas. A temporalidade do presente que o jornal trazia por seu conteúdo atual tornava-se a referência temporal dos frequentadores, conforme descreve Hunter: "*Timeliness was the crucial element in the conversation; talking to the moment was as crucial to the coffeehouse consciousness (and ultimately to daily life in London) as writing to the moment ever became to the novel*" (1988, p. 501-2).

Não há elementos para dizer que muitas decisões sobre o governo ou sobre negócios resultassem desses debates nesses cafés, mas Hunter enfatizou que estes espaços, ao cultuarem o jornal como um dos principais objetos de discussão, trouxeram um componente temporal para a interação: a 'ilusão' de estar envolvido em questões do momento e de conhecer a realidade presente de Londres e do mundo. Tais conteúdos auxiliaram a formar uma cultura voltada para a vida do dia-a-dia e para a construção de uma consciência do 'agora': "*...the sense of urgency about present time and current concerns was deeply built into the public consciousness*" (Hunter, 1988, p. 502-3).

A categoria habermasiana de esfera pública pode ter eficácia para descrever o ambiente de debates destas casas de café, mas as características que ela traça dos debates (discursividade, racionalidade e acessibilidade) devem ser compreendidas como uma tipologia de procedimentos idealizados, nem sempre presentes no cotidiano das discussões. Podemos mais cuidadosamente supor que o ambiente destes cafés misturava conversação e leitura, jornalismo e ficção, opiniões embasadas e especulações, cultura escrita e oral. O fato de haver uma combinação de práticas e conteúdos de interação, conduzidos tanto pelo interesse pelo debate e ação política quanto pelo prazer do divertimento e do consumo de bebidas denota que as relações sociais que se estabeleciam eram diversificadas e complexas.

Interessa-nos então perceber que, apesar de a interação nestes ambientes nem sempre seguir os procedimentos típicos de uma esfera pública de debate e deliberação, eram nas casas de café que se podia ver esta vinculação entre conteúdos culturais ligados ao tempo presente (o jornal em particular, mas não só ele), grupos de frequentadores cada vez mais entusiasmados por envolver-se pelas coisas do cotidiano, de um 'agora' impreciso, e os procedimentos de leitura e debate que acentuavam o interesse por esses conteúdos e estimulavam uma ação imediata. Não devemos esquecer que a 'idade do ouro' das casas de



café analisadas por Habermas (algo entre 1680 a 1730) foi relativamente curto, e uma maior liberdade de circulação de jornais (com o fim, em 1695, da licença obrigatória - 'selos' - controlada pelo governo inglês) facilitou o consumo dos jornais em ambientes privados e o declínio dos cafés como instituição social - nos termos postos acima - ainda no início do século XVIII (Sommerville, 1996, p. 76 e 83-4).

Por último, vale lembrar que autores citam outros espaços públicos de leitura e discussão de conteúdos jornalísticos além das casas de café. Locais como mercearias ou barbearias ofereciam jornais para seus consumidores no período. Além disso, o século XVIII testemunhou o crescimento das livrarias e salas de leituras, onde membros pagavam uma taxa para ter acesso a muitos jornais. Por volta de 1800, havia 112 livrarias em Londres e 268 nas províncias (Barker, 2000, p. 59).

A privatização da leitura foi estimulada também pelo crescimento de clubes de jornais, que facilitavam o acesso dessas publicações a seus membros, podendo ser lidos em suas residências. Barker citou haver cerca de 5.000 '*newspaper societies*' reunindo entre seis a doze famílias por toda a Inglaterra, dividindo os gastos com a compra de jornais (2000, p. 56). Esta forma de vínculo em clubes ou sociedades possibilitava que o hábito de leitura ganhasse continuidade, regularidade e periodicidade, aspectos que beneficiaram também os jornais. Se a ausência do contato face-a-face dos cafés poderia sugerir que a leitura privada conduziu a uma maior divisão e dispersão social, a própria proliferação e circulação regular de jornais estabelecia novos vínculos de união dos leitores em torno de uma sociedade comum, com questões e problemas compartilhados por todos (os leitores) e que demandaria ações concomitantes (Sommerville, 1996, p. 152).

Considerações finais

O percurso realizado neste trabalho permitiu-nos visualizar algumas características que nos auxiliam a perceber os vínculos entre o jornalismo e o seu leitor. Mesmo olhando para a fase inicial do jornalismo, percebemos dois focos para captar a atenção do público: por um lado, uma curiosidade por aspectos atrativos, exóticos, privados e diversionais da comunidade, principalmente dos membros da aristocracia. Este desejo já era expresso na



forma de fofocas, boatos e outros tipos de conversação informal em que havia relatos e trocas de informações sobre a vida cotidiana.

Por outro lado, este desejo foi alimentado com a leitura e discussão pública de conteúdos jornalísticos nas casas de café. Embora aspectos da vida alheia pudessem ser igualmente temas para debate, vamos salientar o aspecto mais propriamente discursivo (no sentido habermasiano) das leituras e conversações, não raro convergindo para a definição de uma ação política.

Consideramos que estas experiências históricas são válidas como um aprimoramento da nossa compreensão sobre os vínculos e relações iniciais entre o jornalismo e seu leitor.



Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.
- BARKER, Hannah. *Newspaper, Politics and English Society, 1695-1855*. London: Longman, 2000.
- BLONDHEIM, Menahem. *News over the Wires – The Telegraph and the Flow of Public Information in America, 1844-1897*. Cambridge, Mas.: Harvard University Press, 1994.
- BROWN, Lucy. *Victorian News and Newspapers*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HARRIS, Bob. *Politics and the rise of the press – Britain and France, 1620-1800*. London: Routledge, 1996.
- HUNTER, Paul. ‘News, and new things’: Contemporaneity and the Early English Novel. *Critical Inquiry*, Vol. 14, n. 4, Summer 1988, p. 493-515.
- HUNTER, Paul. *Before Novels - The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction*. New York: Norton & Company, 1990.
- POPKIN, Jeremy D. *News and Politics in the Age of Revolution – Jean Luzac’s Gazzete de Leyde*. London: Cornell University Press, 1989.
- RAYMOND, Joad. *The Invention of the Newspaper – English Newsbooks 1641-1649*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- RAYMOND, Joad. The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century. In: RAYMOND, Joad. (ed.) *News, Newspaper, and Society in Early Modern Britain*. London: Frank Cass, 1999, p. 109-140.
- SCHRÖDER, Thomas. The origins of the German press. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001, p. 123-150.
- SOMMERVILLE, John. *The News Revolution in England – Cultural Dynamics of Daily Information*. New York: Oxford University Press, 1996.
- STEPHENS, Mitchel. *A History of News – From the Drum to the Satellite*. New York: Penguin, 1988.



SUTHERLAND, James. *The Restoration Newspaper and its Development*. London: Cambridge University Press, 1986.

VITTU, Jean-Pierre. Instruments of political information in France. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001, p. 160-178.

WOOLF, Daniel. News, history and the construction of the present in early modern England. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina. *The politics of Information in Early Modern Europe*. London: Routledge, 2001, p. 80-118.